



**Ilmº. Senhor Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital**

**Roberto Wagner Mariz Queiroga**, brasileiro, casado, administrador, cadastrado no CPF sob nº 162.082.424-87 e RG nº 398103 – SSP-PB, residente e domiciliado nesta Capital, representante Legal do FORUM NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO DAS CAPITAIS – FONAC, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria, nesta capital, **vem requerer de acordo com a Lei 6015/73 e da Lei 10406/02, o registro da ATA DO 70º FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO DAS CAPITAIS, realizado durante os dias 05 e 06 de julho de 2018, em São Luís/MA.**

**João Pessoa, 11 de fevereiro de 2019.**

**Roberto Wagner Mariz Queiroga**



ATA DO 70º FÓRUM NACIONAL DE  
SECRETARIAS MUNICIPAIS DE  
ADMINISTRAÇÃO DAS CAPITAIS, REALIZADO  
DURANTE OS DIAS 05 E 06 DE JULHO DE  
2018, EM SÃO LUÍS – MA.

No dia 05 de julho de 2018, em São Luís – MA, **Roberto Wagner Mariz Queiroga**, Secretário Municipal de Administração de João Pessoa – PB e Presidente do Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais (FONAC), abriu formalmente os trabalhos da 70ª edição do evento, convocando seus associados, dos quais se fizeram presentes, além do próprio: **Mittyz Fabiola Carneiro Rodrigues**, Secretária Municipal de Administração de São Luís-MA, **Everson Mendes**, Secretário Municipal de Administração de Florianópolis-SC, **Ozenira Félix Soares de Souza**, Secretária de Gestão de Cuiabá-MT, **Francisco Canindé Dias Alves**, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Teresina-PI, **Augusto Fábio Oliveira dos Santos**, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju – SE, **Paulo Roberto Bragato**, Secretário de Administração e Gestão de Pessoas de Boa Vista – RR, **Carlos Eduardo Muniz Pacheco**, Secretário Executivo de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas de Recife-PE, **Heraldo Alves das Neves**, Secretário de Planejamento e Administração de Curitiba-PR, **Bruno Leonardo Passeli**, Subsecretário de Planejamento e Orçamento de Belo Horizonte-MG, **Elyson Ferreira de Souza**, Secretário de Administração e Gestão de Pessoas de Rio Branco-AC, **Joana Marques**, Secretária de Administração de São José do Ribamar-MA, **Maria Christina Machado Publio**, Secretária Executiva de Planejamento, Orçamento e Gestão de Fortaleza-CE e **Tiago Gomes Bongiovani**, Secretário Executivo do FONAC. Após o protocolo de abertura do evento, o Presidente Roberto Wagner convoca parceiros para suas considerações. Na sequência, a Sra. Carolina Moraes M. de Sousa Estrela para discorrer sobre o tema “o processo de profissionalização da gestão de resíduos sólidos em São Luís”. Considerou as ações promovidas pela Prefeitura de São Luís na aplicação de gestão dos resíduos no município. Desde o monitoramento dos depósitos de lixo pela cidade, implantação de ecopontos e ações de educação ambiental junto às comunidades para consolidação do projeto. Como resultados substanciais, a potencialização do descarte consciente dos resíduos, o aproveitamento adequado do material e geração de emprego e renda, bem como fortalecimento desse segmento na economia em função da interação com as cooperativas, fomentando também o empreendedorismo. Outro desafio foi a implantação de legislação para permitir a fiscalização por parte do poder público, no que tange ao descarte irregular de materiais. Estudos foram feitos e a metodologia de concepção da legislação permitiu que empresas e comunidades se engajassem nesse processo de educação ambiental e medida de conservação do meio ambiente. Aberto para os questionamentos dos participantes. Encerrado o debate, a plenária foi dispensada para o almoço. No retorno, o Presidente Roberto Wagner convoca os secretários presentes para retomar a programação prevista. Com a palavra, o Sr. Cícero Viana de Souza, Auditor Fiscal da Receita Federal, que iniciou suas considerações sobre a respeito dos procedimentos envolvidos para atendimento ao E-Social, com prazo estabelecido para adequações dos órgãos em janeiro de 2019. Falou sobre os cenários a serem reformulados pela implantação do E-Social nas



organizações. Plenária em debate a respeito do impacto do E-Social na folha de pagamento. Destacou que o procedimento não interfere na parametrização dos sistemas de folha de pagamento, com base em seus regimes/estatutos próprios, bem como nas leis já postas para reger as questões trabalhistas, previdenciárias e demais já existentes. Elencou os elementos que serão absorvidos no processo de transmissão do E-Social. Intervalo. Em seguida, o Sr. Rodrigo Barbalho Desterro e Silva, Secretário Adjunto de Secretaria Municipal de assistência Social de São Luís foi convidado a discorrer sobre a Nova Legislação Trabalhista e os Contratos Públicos. Iniciou por fazer alguns recortes com o intuito de exemplificar as alterações feitas nos últimos dois anos. Para pontuar, pela perspectiva constitucional e a aplicabilidade restrita da norma, utilizou artigos dos estatutos de Florianópolis e Recife. Ainda, citou exemplo de empresas públicas que utilizarão o regramento da CLT para seu relacionamento institucional com seus colaboradores e estar sujeito às implicações de leis fiscalizadoras nesse segmento. Tratou da aplicação de leis que subsidiam a terceirização na administração pública. Em específico, analisou a Lei 13.429 de 2017 que permite a contratação de trabalho temporário nas atividades fim. Em alguns detalhes, passou a analisar as conseqüências da reforma trabalhista para o setor público, resgatando alguns instrumentos que historicamente protagonizaram decisões de contratações em determinados segmentos, sobre a terceirização de serviços. Enfatizou a Lei 6032/2015, publicada em São Luís que traz basicamente as finalidades institucionais que podem ser terceirizados. Plenária discute algumas aplicações colocadas por alguns gestores, inclusive o subsídio decisório do tribunal de contas por consulta, mesmo diante de representação judicial, a tomada de decisão foi favorável ao município para terceirização de alguns cargos. Plenária em discussão a respeito do tema. Encaminhamento da plenária: Rediscussão da Lei 1319 (Lei das Organizações Sociais) e a Lei de PPP. Bruno Passeli faz uma argumentação no sentido de justificar o recurso das organizações sociais em alguns de seus serviços prestados ao município, sobretudo relacionado ao custo efetivo desses equipamentos para o município. Rodrigo Barbalho faz paralelos relacionados aos cálculos aplicados à remuneração de um determinado colaborador, apresentando indicadores relevantes de economia ao empregador. Salientou que esse mesmo indicador, que se mostrou favorável economicamente ao empregador, implica no valor do custo contratual pactuado anteriormente por um determinado município ou ente público, se tornando absolutamente aplicável uma repactuação do valor do instrumento fazendo com que alguma economia seja feita em favor do erário, em se tratando da diminuição dos encargos oriundos da manutenção do colaborador. Em deliberação, a plenária considera alguns aspectos, encerrando o primeiro dia de trabalho. Na manhã do dia 06 de julho de 2018, o Presidente do FONAC, Roberto Wagner Mariz Queiroga convocou os secretários para iniciarem o segundo dia de trabalho do 70º FONAC. Assembleia Geral dos Associados. Roberto Wagner inicia pela pauta da escolha da sede do próximo FONAC e a data do evento. Inscrição de Curitiba-PR e a data 22 e 23 de novembro. Aprovada por unanimidade. Roberto Wagner solicita que sejam encaminhadas pautas para compor as discussões dos fóruns. Solicita ainda o envio da pesquisa salarial e os outros indicadores para compor a base de informações do FONAC. Exemplificou a utilidade e eficiência de se ter acesso aos dados para tomada de decisão. Carlos Muniz ratifica a importância do envio dos dados para subsidiar decisões em mesas de negociação e junto aos sindicatos. Augusto Fábio acompanha



os argumentos de Carlos Muniz. Sugere ainda a abertura do espaço para bancos de desenvolvimento para apresentação de suas linhas de crédito e submeter à análise dos gestores visando uma eventual captação de recursos para investimento nos municípios. Roberto Wagner cita que pode acessar a entes correlatos pela FNP. Observou, entretanto, a existência de outras organizações internacionais com portfólios interessantes. Bruno Passeli também concorda e vê grande viabilidade em ter essa discussão e apresentação na plenária, considerando o cenário de captação de recursos em Belo Horizonte. Sugere que seja convidado pessoal técnico para explicar a metodologia de avaliação dos projetos para sua aprovação de aplicação de recursos. Destacou a importância de aproximar os municípios desses agentes financiadores. Francisco Canindé salienta que novas considerações a respeito de PPPs e OSCIPs, por ser uma tendência nesse contexto. Falou da existência em alguns municípios da LRF com parâmetros próprios. Destacou ainda a proposição de adesão ao sistema de Planejamento de Gerenciamento de Contratações, mediante apresentação aos gestores presentes nos Fóruns. Heraldo Neves concorda em apresentar a edição da Lei de Responsabilidade própria do município no próximo evento. Ozenira Félix concorda sobre a potencialização dos modelos de captação de recursos. Faz uma observação que algumas discussões precisam de mais tempo para serem exauridas. Coloca como permanente as pautas de Captação de Recursos (incluindo PPPs) e E-Social, estimulando os secretários a compartilhar dados relacionados aos temas que são mais relevantes para os municípios. Sugere a construção de uma pauta permanente de discussão no Fórum. Bruno se coloca à disposição para convidar São Paulo para apresentar modelos implementados na capital paulista sobre as PPPs. Falou ainda sobre a importância sobre a necessidade de trazer uma capital para apresentar suas estruturas de captação de recursos, em formato de simpósio. Ainda discorreu sobre contratos de gestão. Everson Mendes sugere a eleição de eixos temáticos para os fóruns. Ozenira Félix propõe que seja construída uma proposta e apresentada para a plenária após o almoço. Aprovado. Definidos os eixos temáticos que irão permear os próximos fóruns até que se verifique a necessidade de revisão destes, a saber: Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Captação de Recursos, Racionalização do Gasto Público e Equilíbrio Fiscal, Boas Práticas no setor Público. Roberto Wagner encerra as discussões da assembleia geral. Intervalo. Retomada a programação, convidado o Sr. Guilherme Peixoto de Oliveira Coordenador-Geral de Auditoria e Gestão do INSS, para apresentar o Acordo de Cooperação Técnica visando o compartilhamento de informações entre entes federativos. Encerradas as discussões e cumprida a programação prevista, eu, Tiago Gomes Bongiovani, Secretário Executivo do FONAC, lavro a presente ata, submetida ao Presidente do FONAC, Roberto Wagner Mariz Queiroga, que assina a presente, ratificando todas as informações constantes nesta, validando-a segundo suas prerrogativas previstas no estatuto.



**Roberto Wagner Mariz Queiroga**  
Presidente do FONAC  
Secretário Municipal de Administração de João Pessoa – PB



**TOSCANO DE BRITO**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Rua Candido Pessoa, 31 - CEP 58010-100  
Fone: (83) 3241-7177 - João Pessoa - PB  
www.toscanoebritobrasil.com.br

- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA -  
Documento protocolado no Livro A-0149, registrado no Livro A-0869  
sob No. 777435 e arquivado neste Serviço. Certifico e dou fe.  
João Pessoa-PB, 13/02/2019 16:51:06  
Vinicius Azevedo Toscano de Brito - Substituto  
EMDL:R# 11117,33 FAFEN:R# 113,41 FEPJ:R# 1123,47 ISS:R# 1115,57  
SELO DIGITAL: A1E94497-U3DM  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>